A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO, A DITADURA MILITAR E A HIGIENE

HUGO ANDRÉ MORAES DURÃO DOS SANTOS

Resumo
A relação entre o ensino, a ditadura militar e a higiene são complexas e multifacetadas, envolvendo aspectos históricos, sociais e políticos. Vamos explorar cada um desses elementos e como eles se interconectam. Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o sistema educacional passou por diversas transformações. O regime militar buscava controlar e direcionar a educação para promover sua ideologia e consolidar seu poder. Algumas das principais mudanças no ensino durante esse período incluem: Censura e Controle Ideológico; Educação Moral e Cívica; Repressão e Intervenção em Universidades: Professores e estudantes que se opunham ao regime eram perseguidos, presos e, em alguns casos, torturados. As universidades sofreram intervenções para remover elementos considerados subversivos. A ditadura militar no Brasil foi caracterizada por um regime autoritário que utilizava a repressão e a censura para manter o controle. O governo militar implementou diversas políticas e medidas para suprimir a oposição e consolidar seu poder. A noção de higiene, especialmente no contexto da saúde pública, foi utilizada pelo regime militar como uma ferramenta de controle social e ideológico. A promoção da higiene estava relacionada à ideia de um corpo social "sadio" e "forte", condizente com a ideologia militarista: Campanhas de Saúde Pública; Disciplina e Controle; Infraestrutura Sanitária: Houve investimentos em infraestrutura sanitária, como saneamento básico e hospitais, mas muitas vezes essas iniciativas estavam ligadas a projetos de desenvolvimento que favoreciam determinadas áreas em detrimento de outras, perpetuando desigualdades sociais. A interconexão entre o ensino, a ditadura militar e a higiene pode ser vistas na maneira como o regime utilizou a educação e a promoção da saúde pública como ferramentas de controle social. A censura e o controle ideológico no ensino serviram para moldar uma geração de brasileiros de acordo com os valores do regime. Simultaneamente, as campanhas de higiene e saúde pública reforçavam a ideia de uma nação "forte" e "organizada", em linha com a retórica militarista. Esses elementos juntos formam um quadro de como o regime militar no Brasil tentou moldar a sociedade através do controle do ensino e da promoção de uma disciplina social baseada em noções de higiene e ordem.

Palavras-chave: Higiene. Ensino. Ditadura. Militar.

Introdução

Um dos períodos mais conturbados da história do Brasil refere-se às décadas que compreenderam a ditadura militar (1960/1980). Entre os vários aspectos que marcaram a educação brasileira, o regime ditatorial está entre os que mais provocaram mudanças, com reflexos que persistem até os dias atuais, alterando definitivamente todo cenário que se encontrava até esse momento histórico do país. Essas mudanças contaram com fatores como: arrojo salarial, expansão da escola pública no país e crescimento no número de vagas, comprometimento na qualidade de formação dos professores, entre outros fatores que foram cruciais na transformação da educação no Brasil.

Junto á expansão escolar veio também o crescimento das áreas mais afastadas do centro urbano, as referenciadas periferias e somando a elas, os problemas de urbanização, entre os mais graves está o saneamento básico, que na sua ausência pode provocar uma série de problemas à saúde.

Pensando nisso, esse trabalho se propôs a buscar elementos que relacionam: o período do regime de ditadura militar, educação popular no Brasil, em especial nas grandes cidades, e questões direcionadas a saúde pública, na tentativa de estabelecer uma relação entre eles e apontar possíveis fatores que tiveram papel fundamental na transformação da sociedade, o que o justifica.

O tema higiene ganhou profunda notoriedade no Brasil, a partir do crescimento popu-

lacional nos centros urbanos desenfreado no final do século XIX e início do século XX, permeando os sistemas monárquicos e republicanos.
A escola enquanto palco de grandes transformações e elemento fundamental na transformação da sociedade se fez presente para disseminar as ideias higienistas e eugênicas, que buscavam atingir maior número de pessoas em busca de uma sociedade mais
"equilibrada", numa perspectiva da classe elitizada.
Este trabalho tem como objetivo examinar materiais didáticos utilizados na rede pública entre as décadas de 1960 e 1970, que abordavam o tema higiene dentro dos Programas de Saúde, pressupondo que o mesmo era direcionado às classes mais baixas. No aspecto mais objetivo, buscam-se elementos que evidenciam e relacionam o tema higiene (física, social, industrial etc.), as profundas mudanças que ocorreram na sociedade nesse período.

O estudo foi realizado com base em algumas questões, fundamental para todo o desenvolvimento da pesquisa, que tentam explorar as relações entre educação, sociedade, economia e administração pública. São elas:

O material analisado apresenta relações com alguma das teorias curriculares?

Os conteúdos sobre higiene aparecem com que frequência nos livros didáticos?

De que maneira o assunto é abordado nas séries de 5º a 8ª séries?

O Programa de Saúde é destinado preferencialmente a alguma classe social?

O Programa de Saúde aborda aspectos de que meio ambiente?

Em todas as séries o Programa da Saúde tem a mesma finalidade?

Como são abordados os variados tipos de higiene nos livros? No âmbito coletivo ou individual?

Há uma relação histórica com o tipo de higiene trazido no material?

Qual é a frequência em que o tema Saúde aparece nos livros?

É possível saber de que forma são avaliados os conteúdos?

Essas questões foram elaboradas a partir do material bibliográfico utilizado como base para análise dos livros didáticos. Além disso, foram construídas tabelas contendo os diferentes tipos de higiene que trazem consigo métodos e aconselhamentos de como se manter saudável, e são elas: Higiene Física, Higiene Mental, Higiene Social, Higiene no Trânsito e Higiene Industrial, na forma como são abordados nas séries.

Surgimento da Escola Secundária

A França promoveu grandes mudanças para o ensino, nas primeiras décadas do século XIX o ensino é segregado pela primeira vez em modalidades que se distinguiram por: ensino de instrução primária, secundária e superior. O ensino secundário teve início em meio a muitos conflitos políticos e levou algumas décadas para ser compreendido e definido como lugar onde ocorre o segundo grau de instrução.
Durante alguns anos no regime Imperial, o Ensino Secundário era apenas considerado como nível educacional superior, o primário não tinha o mesmo reconhecimento de ensino como o liceu e o intermediário. Apenas após 1815 é que seu sentido teve finalmente equivalência a esses níveis educacionais, e assim tornou-se inovador e moderno, porém somente em 1840 ganhou notoriedade e a partir de então passou a ser reconhecido como ensino secundário (CHERVEL, 1992).
Em 1808 a substituição dos antigos regimes educacionais pelas escolas secundárias foi aos poucos tomando força. A partir de 1803, na França, ao lado dos 30 liceus que possuíam uma pequena clientela, constavam 250 escolas secundárias (CHERVEL, 1992).
Nas escolas secundárias havia condições para que pudessem ser controladas pelo Império e o Consulado, então foi decretado pela lei de 11 do floreal que "não seria permitido sua abertura sem a autorização do governo" que normalizava a permissão de abertura dessas escolas (CHERVEL, 1992).
Essas condições teriam que obedecer às seguintes exigências:

Os diretores deveriam respeitar um programa mínimo de ensino.

No mínimo três professores.

Cinquenta alunos no mínimo.

A "criação" de uma nova escola secundária por Napoleão é a Universidade, ins-

tituídas pelos decretos de 1806 e de 1808, que teve como função estabelecer dois tipos de ensino e de escola. A escola para a classe trabalhadora e outra pra classe erudita, seguindo o pensamento de que entre as classes sociais há necessidades de ensino distintas e específicas (CHERVEL, 1992).

O ensino de latim foi o fator determinante que distinguia as escolas primárias e secundárias (Universidades). A instituição em que se lecionava o latim era reconhecida como secundária e, portanto, havia cobrança de impostos do professor, dos donos de pensão e também de alunos e pensionistas, caracterizando a Universidade como empresa pública que tinha autonomia financeira, além de introduzir disciplinas que a princípio não eram de competência da escola primária. O imposto sobre o latim deixou de ser cobrado somente com a lei de 4 de agosto de 1844 (CHERVEL, 1992).

O Estado então domina esse novo ensino e toma medidas que tornaram o ensino secundário monopolizado, a exemplo disso pode-se citar:

Criação de um corpo de professores;

Proibição de criação de escolas que pudessem concorrer com um ginásio público na mesma cidade;

Exigência do certificado de estudos.

A partir de 1902, com as mudanças no cenário socioeducativo francês tanto nos conteúdos como em relação ao público escolar, o "secundário" deixa de ser clássico e passa a ser chamado de "segundo grau" de educação, que correspondia ao ensino preparatório para os liceus (CHERVEL, 1992).

Surgimento do Ensino Secundário no Brasil

O período regencial, que teve início em 1831 e término em 1840, ficou conhecido por ser um dos mais agitados na história política do país e que colocava em jogo a unidade territorial, a centralização ou descentralização do poder, o grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas (FAUSTO, 2012).

Nesse momento nasceu a primeira instituição escolar a partir de um projeto apresentado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, na época representante do Ministério Interino do Império (LORENZ, 2010). O Colégio Dom Pedro II foi a primeira instituição escolar que começou a usar o termo "secundário" como denominação legal. Era voltado para educar a elite intelectual, econômica e religiosa da Corte e das Províncias, seguindo os modelos europeus (Prússia, Alemanha, Holanda e da França), mas remodelando-os para corresponder às exigências nacionais, e por fim se tornou a principal escola de ensino secundário do Brasil (LORENZ, 2010).

O Colégio Dom Pedro II marcou o início da ação do governo central na organização sistemática desse campo de ensino em contraposição ao sistema de aulas isoladas, herdado da colônia (ZOTTI, 2005).

O sentido de secundário que se consolidou no Brasil no século XIX estava voltado para um grau superior ao primário que teve origem na França, mas que se associou a tipos específicos de ensino, deixando de significar apenas graus de educação além de ser a fase que corresponde ao ensino dos adolescentes, assim como o primário voltava-se ao público infantil (ZOTTI, 2005).

O Ensino Secundário no Brasil teve sua identificação por possuir instituições que ofereciam ginásios, liceus, ateneus, institutos e cujo currículo conciliava a tradição pedagógica do século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno (ZOTTI, 2005). Necessidade que se caracteriza pela estrutura social, econômica e política, e utilizava como objeto o currículo para especificar a função de um determinado nível de ensino.

É extremamente importante enfatizar o conteúdo histórico para a compreensão dos contextos que compõem a sociedade e esclarecem as necessidades por ela apresentadas, o currículo nesse sentido busca satisfazer todos os ideais sociais, transpondo-se do ambiente escolar para o social (ZOTTI, 2005).

O ensino secundário primeiramente tinha como finalidade a formação da classe dominante, com objetivo de proporcionar cultura geral, que esteve ligada até certo tempo aos estudos clássicos e foi se modificando como resposta as novas exigências socioeconômicas, mesclando os estudos das ciências e das humanidades na modernidade, com principal interesse no acesso ao nível superior (ZOTTI, 2005).

A educação em 1930 era um problema que preocupava a sociedade que estava enga-

jada em lutas trabalhistas. Esperava-se a formação de uma elite melhor preparada intelectualmente. As tentativas de reformas do ensino vinham acontecendo desde a década de 1920, por iniciativas do Estado, que correspondiam ao modelo da República federativa. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes gerou em 1920 a reforma promovida por Sampaio Dória e teve repercussão por todo país sendo executada por outros personagens políticos (FAUSTO, 2012).

Durante toda a década de 1930, as medidas tendiam a criar um sistema educativo que promovia a educação e que partia do centro para as periferias. Nesse período houve também a criação do Ministério da Educação e da Saúde (FAUSTO, 2012).

Pensando no ensino secundário, iniciava-se sua implementação, pois, até então se resumia em curso preparatório para o ensino superior. A reforma Campos ocorrida em São Paulo durante o governo de Prudente de Morais (1891-1894), que segundo Veiga foi o modernizador e definiu a escola como principal símbolo da República e seria uma proposta diferenciada em relação ao passado, que agora apostava na instrução do povo para o progresso do país e estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de diploma para ingressar no ensino superior. (VEIGA, 2007).

A estrutura educacional criada por Caetano de Campos incluía duas escolas para formação docente, que foram unificadas somente em 1920 (VEIGA, 2007):

A escola Normal primária (escola complementar);

E a escola Normal secundária, que formava professores para as escolas preliminares, complementares, liceus e ginásios. Organizadas com duração de quatro anos e em quatro séries.

Uma característica comum da instalação de Escolas Normais e de grupos escolares foi a edificação de prédios imponentes e que se associavam a modernização, como por exemplo, a Escola Normal de São Paulo e de Belo Horizonte. O aspecto de monumentalidade das novas instituições republicanas, dos grupos escolares e da escola normal está também presente nos currículos, de caráter enciclopédico, e na exaltação das "lições das coisas" como sinônimo de renovação (VEIGA, 2007).

A complexidade dos currículos, a duração dos estudos, abrangia um ciclo fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, vinculavam o ensino secundário ao objetivo de preparar novas elites, levando em consideração o baixíssimo nível institucional que havia anteriormente (FAUSTO, 2012).

Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte ao auxílio do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões. A educação então tinha nesse momento que corresponder ao princípio de "escola única" pública e gratuita que fosse aberta aos meninos e meninas de sete a quinze anos, onde teriam uma educação igual e comum (BORIS, 2012).

No Brasil, até fins do Império, a profissão do professor não foi valorizada, não apenas no que se refere ao salário, mas no seu reconhecimento profissional. Dos 262 profissionais formados pela Escola Normal em São Paulo até 1887, apenas 25, o que corresponde a 9,5%, foram lecionar alguns no interior e outros poucos na capital. No governo de São Paulo de Laurindo Abelardo de Britto ocorreram algumas mudanças para melhoria na formação da categoria já que em relação às Escolas Normais na Europa e na América do Norte o processo de formação docente estava bem atrasado. Então o curso passou a ter duração de três anos e tinha cinco cadeiras e sua maior inovação foi a criação de duas escolas anexas (uma feminina e outra masculina) para a prática de ensino dos alunos-mestres (MARCÍLIO, 2005).

A Reforma de 1890, liderada por Caetano de Campos e Gabriel Prestes, previu a criação de quatro Escolas Normais em todo o Estado. Apenas a escola localizada na capital mantinha suas atividades (MARCÍLIO, 2005).

Na primeira organização, a Escola Normal de São Paulo contava com dois cursos: Primário e Secundário. O curso secundário, segundo o relatório do Secretário do Interior de São Paulo de 1897, poderia ter denominação de curso superior, já que era equiva-

lente aos das Escolas Normais superiores de ensino primário da França, que habilitavam professores de Escolas Normais e de escolas primárias superiores (MARCÍLIO, 2005).
Seguindo o modelo Norte-americano, a Escola-Modelo Anexa à Escola Normal, foi designada à prática do ensino, para alunos do 3º ano da Escola Normal. Estruturada pelo Decreto de 12 de março de 1894, em três graus de ensino (MARCÍLIO, 2005):
1º grau – Para crianças de 7 a 10 anos de idade;
2º grau – Para as idades de 10 a 14 anos e;
3º grau – para adolescentes de 14 a 17 anos.
A Reforma também integrou os níveis de ensino de forma vertical, indo dos 4 aos 18 anos de idade, que incluía o jardim de infância, o primário e o secundário, as respectivas escolas de 1º, 2º e 3º graus (MARCÍLIO, 2005).
Ao proclamar a república em 1889, o Estado de São Paulo não contava mais com nenhuma escola pública secundária, apenas com aulas avulsas. Na capital paulista, se mantiveram as aulas preparatórias para o ensino superior da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e o Seminário Episcopal (MARCÍLIO, 2005).
No entanto, a relação das escolas particulares em 1894, na capital, delineava a tendência à formação de grandes colégios privados, que contavam com cursos primários e secundários. A demanda pelo ensino secundário se restringia àqueles que pretendiam ingressar nas faculdades do país (MARCÍLIO, 2005).
Em 1907 a evasão no ensino secundário tornava-o muito caro para o Estado, mas pouco a pouco o número de matriculas começou a crescer. Em 1907 o 5º ano contava com apenas 9 alunos matriculados, em 1910 até o 2º ano o número de matriculados era de 30 alunos. Em 1922 as classes de 1º e 2º anos tiveram de ser desdobradas em razão do grande número de matriculas (MARCÍLIO, 2005).
A Reforma de 1925 reafirmou a equiparação do colégio padrão Pedro II, do Rio de Janeiro, para se chegar à uniformização dos ginásios. Essa reforma contrariou interesses estabelecidos e por esse motivo demorou a ser implantada. Em 1930 o ginásio público (secundário) da cidade continuava sendo o único do gênero na capital, com dez classes, nas suas seis séries, com um total de 555 alunos matriculados, sendo 486 homens e 69 mulheres, com apenas 38 formandos nesse ano (MARCÍLIO, 2005).

O processo de universalização da escola básica na cidade de São Paulo
Em 1915, abria-e a discussão sobre a criação de uma universidade no Brasil. A reforma feita por Carlos Maximiliano, introduzia a obrigatoriedade do certificado do ensino secundário e do exame vestibular para todos os alunos, reduzindo o período de curso do secundário de seis para cinco anos (VEIGA, 2007).
No ano de 1925, Rocha Vaz oficializou o ensino secundário como curso regular seriado em duas modalidades: em seis anos obtinha-se o curso de bacharel e com cinco anos o indivíduo já podia prestar o vestibular, que passou a ser classificatório, com definição prévia do número de vagas dos cursos superiores (VEIGA, 2007).
O crescente desenvolvimento da cidade de São Paulo trouxe consigo a multiplicação das escolas públicas e particulares, com isso houve diminuição na taxa de analfabetos, ainda que não em totalidade (MARCÍLIO, 2005).
Até o ano de 1900 o número de analfabetos em todo país com idade de 15 anos ou mais era de 65,3%. Esse número começou a diminuir a partir de 1920. Em 1940 já havia caído para 56,2% e em 1960 39,5%, e continuou caindo até o ano 2000 com o último censo registrando 13,3% (MARCÍLIO, 2005).
Entre 1930 e 1990, a expansão escolar concorreu com o crescimento demográfico prejudicando os planos de universalização escolar da maior cidade do país, que também enfrentava problemas com suas desigualdades em recursos humanos e materiais (MARCÍLIO, 2005).
Até a década de 1990 houve uma expansão das escolas públicas de níveis fundamental e médio tornando-se majoritária quantitativamente e a partir daí teve sua presença marcada definitivamente na vida urbana de ricos e pobres, expandindo-se a todos os locais da cidade, (do centro para as periferias). Mesmo com o crescimento das escolas acompanhado a explosão da população na cidade, isso não foi o suficiente para garantir

a universalização da escola de base, até os dias atuais.
A partir da década de 1960, o processo de seleção para as matrículas foram
"empurradas" para níveis mais elevados, possibilitando a oportunidade de matrícula nas séries iniciais para toda a população, com objetivo de acelerar o processo de universalização do ensino (MARCÍLIO, 2005).
No que se refere aos estilos das aulas e comportamento em sala de aula é no período militar que as escolas estavam cedendo a novas mentalidades. As fardas dos colégios foram aos poucos sendo substituídas por uniformes esportivos, as aulas de educação física tiveram maior carga horária, a relação entre professor e aluno se modificava e a disciplina rígida perdia todo seu rigor. As aulas agora contavam com recursos audiovisuais e também contavam com aulas experimentais, nesse contexto foi aprovado as Leis de Diretrizes e Bases de 1961 (MARCÍLIO, 2005).
As diversas escolas anteriores (secundárias, industriais, comerciais e agrícolas), que tinham seus conteúdos em formato enciclopédico receberam a denominação geral de ginásios e a partir daí passaram a ser discutidos quanto a sua finalidade. Então surgiram os ginásios: voltados para o trabalho, os vocacionais, único-pluricurricular, os grupos-escolares-ginásios, sendo que o último já na década de 1960 (MARCÍLIO, 2005).
Os chamados ginásios polivalentes tinham o objetivo de oferecer ensino ao alunado para que eles pudessem exercer profissões voltadas ao trabalho manual, porém a maior parte desses alunos não queria se ocupar desse trabalho, fato que levou esse projeto ao fracasso. A expansão das matrículas na década de 1960 pretendia beneficiar especialmente a classe média, enquanto a classe operária que estudava em sua maior parte no período noturno encontrava-se em cursos comerciais mantidos por organizações privadas (MARCÍLIO, 2005).

Ditadura Militar

A ditadura militar representou uma das épocas de maior instabilidade da história do Brasil, foi um dos cenários políticos mais fortes e impactantes que o país já vivenciou.
O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, começou a mudar as instituições através de decretos que se justificavam como decorrência "do exercício do Poder Constituinte, necessário a todas as revoluções" (FAUSTO, 2012, pág. 397).
Era através de Atos Institucionais que o sistema ditatorial comandado por militares se manifestava a partir das mudanças realizadas nas instituições, violando os direitos democráticos e assumindo uma postura totalmente autoritária (FAUSTO, 2012).
Em 1968, em vários países havia uma movimentação do sentido de mudança, promovida por jovens que ansiavam por um novo mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve manifestações contra a guerra do Vietnã, na França a luta era pela mudança no sistema educativo, no Brasil as manifestações ocorriam no âmbito cultural e artístico, mais especificamente na música popular, e também deu impulso à mobilização social, que era fortemente censurada pelo regime ditatorial (FAUSTO, 2012).
No que se refere ao sistema educacional brasileiro, a política educacional do regime militar permeou todos os níveis de ensino, provocando mudanças e alterando sua fisionomia. O Estado impôs práticas e políticas gerais que interferiram diretamente na qualidade do ensino público, com a expansão das escolas públicas de forma quantitativa, além do controle das produções acadêmicas no interior das universidades e o início da expansão da iniciativa privada no setor (BITTAR, 2006). Com a política educacional adotada nesse período, os professores da escola pública estadual sofreram o impacto da transformação que consistia em crescimento numérico dos profissionais e também foram submetidos ao arrocho salarial que se prolongou durante todo o período da ditadura (BITTAR, 2006).
Segundo BITTAR & JUNIOR (2006), a proletarização do professorado não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depreciação do próprio capital cultural, que anteriormente contava com profissionais liberais para lecionar - como advogados, médicos, engenheiros, padres, etc., Esses profissionais possuíam cursos universitários de sólida tradição acadêmica, mas as licenciaturas criadas pela reforma

universitária do regime militar operaram um processo de rápida formação com graves consequências culturais (BITTAR, 2006).
A situação do magistério brasileiro na década de 1960, de modo geral, não apresentou grandes mudanças em relação aos anos anteriores, mas a partir da década de 1970 houve mudanças estruturais no sistema nacional de educação. O regime militar estabeleceu uma relação entre educação e o modelo de modernização autoritária associada ao desenvolvimento econômico. A mensagem de 31 de dezembro de 1970, do general-presidente Emílio Garrastazu Médici deixou isso muito explícito (BITTAR, 2006):

"Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento". (Médici, 1971, p. 34 apud. Bittar & Junior).

O Estado Militar brasileiro, enquanto gestor do processo educacional adotou postura similar à linha de produção de mercadorias, assumindo uma tendência tecnocrata para a formação escolar da maior parte da população. Somente com a crise política do regime militar a partir de 1975, houve preocupação na "redistribuição de renda" e maior participação popular (PAULINO e PEREIRA, 1993).
A política educacional utilizada pelo regime militar é vista como dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando afastar os conflitos e tensões que poderiam desestabilizar a hegemonia, ameaçando o regime (PAULINO e PEREIRA, 1993).
O projeto educacional do chamado Estado de Segurança Nacional atingiu a sociedade de forma geral, provocando mudanças na vida das pessoas de todas as idades e principalmente na força de trabalho ativa (PAULINO e PEREIRA, 1993).
De um lado os militares utilizavam a política educacional para garantir hegemonia, lembrando que nesse momento havia a expansão escolar, por outro lado a qualidade da formação dos trabalhadores ficaria comprometida, abrindo uma lacuna entre as classes e privilegiando a classe elitizada (PAULINO e PEREIRA, 1993).
Porém o que não pode ser negado é que nesse período houve um progresso econômico do país, mas que custou um preço elevado socialmente, por se tratar de um progresso baseado em grandes diferenças na sociedade, que tendeu a tornar as classes populares cada vez mais excluídas, concentrando a maior parte da renda para uma pequena parte da população (PAULINO e PEREIRA, 1993).

A disciplina Higiene nas escolas de São Paulo
A ideia de reordenar a população, introduzindo novos hábitos à sociedade (civilizada), foi incorporada aos ideais republicanos a partir do final do século XIX e efetivada nas reformas urbanas, que contavam com engenheiros, médicos sanitaristas. As reformas urbanas contavam com a eliminação de locais insalubres como os cortiços e estabeleciam a regulamentação do uso de espaços públicos e privados (VEIGA, 2007).
Os princípios médicos e higienistas buscavam provocar grandes mudanças na vida das classes baixas, com o objetivo de "moralizar" os pobres, esses princípios foram pautados em adequar as condições de higiene, moradia e condições ideais de civilidade (VEIGA, 2007).
Acreditava-se que em meio à população (pobres), suas atividades eram tratadas como anomalias, tais como: lazer, resistência ao trabalho e ignorância. E então por conta disso, se justificava o desenvolvimento de vícios, prostituição e o ócio, chamado pejorativamente de
"vagabundagem" (VEIGA, 2007).
Como solução a esse problema, buscou-se integrar essa parte da sociedade aos valores burgueses referentes ao trabalho, lar e escola, e tidos como corretos, que ofereceriam condições para o saneamento moral (VEIGA, 2007).
A higiene era vista até a metade do século XIX como forma de conservar a saúde, prevenindo doenças e proporcionando bem estar

a quem a praticava. O estudo de higiene nas escolas e faculdades enfatizava a profilaxia do indivíduo e da sociedade em geral. Nas décadas seguintes o tema ganhou linguagem científica sobre as recomendações com os cuidados higiênicos, e é nesse momento que a higiene escolar aborda aspectos físico, moral, intelectual, incluindo os cuidados do corpo, arquitetura e artefatos da escola (LORENZ, 2010).

Importância da Higiene no Brasil

No período imperial a escola foi alvo de críticas dos médicos por falta de cuidados relacionados à higiene, a mobília que deixava os alunos desconfortáveis, motivos que levaram à iniciativa da construção de edifícios escolares higiênicos (grupos escolares), a disseminação de métodos didáticos que incentivavam a atividade dos alunos e a introdução da disciplina de higiene, ginástica e educação física no currículo das escolas normais, primárias e secundárias (VEIGA, 2007).
O conteúdo de higienismo em disciplinas no Brasil foi predominantemente ensinado nas faculdades de Medicina e nas Escolas Normais do Brasil do século XIX. A disciplina de Higiene foi introduzida em 1808 no primeiro currículo da Escola Médico- Cirúrgica, junto com a História da Medicina, que chegou a construir umas das cadeiras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832 (VEIGA, 2007).
Ao final do século XIX e início do século XX, doenças como malária, bouba (doença tropical infecciosa da pele), disenterias, filariose (doença parasitária considerada como doença tropical infecciosa), além de epidemias como gripe, cólera, febre amarela e varíola causaram um grande impacto na população, que revidou com críticas ao governo, alegando que todos os esforços até o momento não eram suficientes para combater as epidemias e pediam por prevenção mais eficiente e educação para o povo (LORENZ, 2010).
O governo Imperial respondeu as críticas em formas de decretos, que regulamentavam e enumeravam medidas para serem executadas pela Junta Central de Higiene Pública (criada em 1851). Dirigia o serviço sanitário do Império, conjunto a isso a reforma de 1879 do Ministro do Império (Leôncio de Carvalho) propôs mudanças de grande importância (LORENZ, 2012).
Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entrram no currículo as novas cadeiras:
(LORENZ, 2010).

Clínica Psiquiátrica
Clínica Oftalmológica
Clínica de Moléstias Médicas e Cirúrgicas de Crianças
Clínica de Anatomia e Fisiologia Patológica
Clínicas de Moléstias Cutâneas e Sifilíticas

Em 25 de outubro de 1884, com o decreto 9.311, o governo Central instituiu um Laboratório de Higiene, onde os alunos poderiam desenvolver atividades práticas relativas aos temas: drogas, bebidas, e gêneros alimentícios, relacionados à cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina, orientados pela Junta Central de Higiene Pública. A legislação esclarecia sobre as práticas laboratoriais e sobre o ensino da matéria em geral (LORENZ, 2010).

"O de higiene fará lições práticas sobre as substâncias alimentares, água potável, e mineral, sobre as condições indispensáveis à higiene dos colégios, asilos, casas próprias para os pobres, quartéis e hospitais".
(MOACIR, 1937, apud MARCÍLIO, 2005, p.203.).

As matérias relacionavam: a boa alimentação, a atividade física, a boa nutrição, os perigos do álcool e outros tóxicos e ambientes arejados à manutenção a saúde (LORENZ, 2010).
Na França, o Decreto de 6 de maio de 1872 "o Ministère de l'Instruction Publique" tornou a Higiene como disciplina autônoma. A Academia de Medicina desenvolveu um programa que consistia em dar orientações básicas sobre saúde e bem-estar. A disciplina de Higiene no curso secundário clássico francês abrangiam as seguintes disciplinas:
I. AGENTES ATMOSFÉRICOS: que influem na saúde, como ar, luz, calor, eletricidade, umidade e ventos.
II. HABITAÇÕES: e as influências do Sol, exposição, calefação e luminosidade; ROUPA e sua relação co a idade, estações, clima e tempo.

III. ALIMENTOS: sua relação com a idade, temperamento, profissão e clima; as condições de boa digestão e a conservação dos alimentos.
IV. BEBIDAS: água potável, suas características e conservação; suas alterações e meios de prevení-las e corrigí-las; bebidas fermentadas e outras.
V. HIGIENE DOS SENTIDOS: véspera e sonhos, trabalhos intelectuais e manuais.
VI. EXERCÍCIO E REPOUSO: ginásticas e exercícios especiais como natação, equitação, esgrima e dança (LORENZ, 2010).

A disciplina de Higiene foi considerada na França como subdivisão da História Natural, mas com sua independência, que ganhou na grade 12 horas semanais (LORENZ, 2010).

Já no Brasil nas décadas posteriores (séc. XIX e XX), a disciplina estava voltada para a higiene pública e individual, como um dos componentes básicos do currículo (LORENZ, 2010).

Segundo LORENZ (2010), o Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene aconteceu em 1923, no Rio de Janeiro, organizado pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Alguns eugenistas pensavam no melhoramento da "raça" com medidas de controle, como por exemplo, exames pré-nupciais para detectar heranças hereditárias; esterilização por portadores de males hereditários e o branqueamento por regras entre etnias (VEIGA, 2007).

Para OLIVEIRA VIANNA em sua obra "Evolução do povo brasileiro", publicado em 1933 pela Editora Nacional, considerado um estudo clássico sobre conceitos de evolucionismo, evolução da raça e evolução das instituições políticas a cor era um dos fatores que determinava a capacidade de educação do indivíduo. Os negros diferiam hereditariamente das outras raças quanto ao comportamento, em relação ao seu temperamento, moralidade, inteligência e atividade, eram classificadas como rebeldes e ferozes, negligentes, desobedientes e corruptíveis, embora ainda houvesse alguns honestos (VEIGA, 2007).

Entre os eugenistas e higienistas, havia os que pensavam em resolver o problema por meio de políticas sanitárias e educação. Com caráter preventivo, as práticas de intervenção médica na educação nas primeiras décadas da República pela divulgação das "fichas sanitárias" (VEIGA, 2007).

As "fichas sanitárias" deveriam conter o histórico do aluno, constatando seus dados:

Peso, altura, perímetro torácico e amplitude respiratória;

Cor da pele e cicatrizes;

Hérnias e vícios;

Deformação do esqueleto; estado dos órgãos de fonação;

Estado do aparelho digestório;

Estado dos órgãos de visão e da audição; Dados físicos.

Em 1918, foi instalado o Instituto de Higiene de São Paulo, em acordo com a Junta Internacional de Saúde de Fundação Rockefeller (EUA). A instituição foi criada para executar pesquisas, elaborar campanhas de higiene, além de reorganizar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. As teses desenvolvidas no instituto abordavam questões sobre a higiene no âmbito escolar. Uma delas recebeu o nome de "O saneamento pela educação", com o tema "Inspecionando os alunos" apresentada em 1922 pelo Dr. Antônio de Almeida Junior (VEIGA, 2007).

As atividades chamadas de "Pelotões de saúde" foram divulgadas no Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene em 1926, de cunho militar, eram compostos por alunos que possuíam cadernetas, onde an2otavam a evolução física de seus colegas, dados como: peso, altura, correção de postura e aos que obtinham bons resultados, recebiam premiação (VEIGA, 2007).

No período do governo de Getúlio Vargas, as legislações da educação reforçaram o ensino de ginástica na escola primária e educação física nas escolas secundárias. Somado a isso a disciplina de educação moral e cívica, que deixou de ser obrigatória em 1931 (VEIGA, 2007).

No caso do ensino secundário, houve a formação da autodisciplina, por meio da educação física e da formação moral e cívica, como conteúdo das disciplinas de história e geografia, que foram divididas a partir de 1940 (VEIGA, 2007).

A partir de 1940 passou a se pensar em: planejamento da ocupação urbana, saneamento básico, políticas de permanência do homem no campo, campanhas de educação rural e educação de adultos (VEIGA, 2007).

Conclusão

A relação entre o ensino, a ditadura militar e as políticas de higiene no Brasil revelam um período de profundas transformações e imposições que moldaram significativamente a sociedade brasileira. Durante a ditadura militar (1964-1985), o governo utilizou a educação como uma ferramenta de controle social e ideológico, promovendo uma visão tecnocrática e autoritária do ensino. As políticas educacionais foram marcadas pela centralização, censura e repressão, buscando moldar uma juventude alinhada com os ideais do regime.

Paralelamente, as políticas de higiene foram intensificadas como parte de um projeto modernizador do Estado, que visava não apenas controlar a saúde pública, mas também disciplinar os corpos e comportamentos dos cidadãos. A ênfase na higiene corporal e nos hábitos de saúde refletia uma tentativa de promover uma sociedade "limpa" e produtiva, em consonância com os valores do regime militar.

Essa interseção entre educação e higiene durante a ditadura não se limitou apenas ao controle físico, mas também envolveu um controle simbólico, onde a limpeza e a ordem se tornaram metáforas do desejo do regime por uma sociedade organizada e submissa. As campanhas de higiene nas escolas serviram como um instrumento para inculcar valores de disciplina e obediência, ao mesmo tempo em que reforçavam a autoridade do Estado sobre a vida cotidiana dos cidadãos.

Portanto, a análise desse período evidencia como a ditadura militar utilizou a educação e a higiene como mecanismos complementares de controle social, buscando moldar um cidadão ideal que fosse ao mesmo tempo saudável e submisso às diretrizes do regime. Refletir sobre essa relação é fundamental para compreendermos os impactos duradouros dessas políticas na formação da sociedade brasileira contemporânea e a importância de promover uma educação verdadeiramente libertadora e crítica, capaz de romper com as heranças autoritárias do passado.

Referências Bibliográficas

BITTAR, Marisa. JUNIOR, Amarilio F. A ditadura militar e a proletarização dos professores. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1160, set./dez. 2006.

BORIS, Fausto. História do Brasil. 14º.ed. atual e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. Alterando o Ambiente.
(Programa de Saúde e Ecologia) - 5º série: ed. IBEP. São Paulo, s/d.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. Aproveitando a energia.
(Programa de Saúde e Ecologia) - 7º série: ed. IBEP. São Paul, s/d.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. Aproveitando as substâncias químicas. (Programa de Saúde e Ecologia) - 6º série: ed. IBEP. São Paulo, s/d.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. Aproveitando as substâncias químicas. (Saúde e Ecologia) - 6º série. Autores: ed. IBEP. São Paulo, s/d.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. O ambiente e suasalterações
(Saúde e Ecologia) – 5º série: ed. IBEP. São Paulo, s/d.

CARVALHO, ODAIR B.; FERNANDES, NAPOLEÃO LIMA. Prevendo o futuro da espécie humana. (Programa de Saúde e Ecologia) - 8º série: ed. IBEP. São Paulo, s/d.

CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino secundário. R. Fac. Educ., São Paulo. V. 18, n. 1, p.99-112. Jan/jun. 1992.

GOODSON, Ivor F. A Construção Social do Currículo. (Educa. Currículo: 3) Lisboa, 1997. ISBN 972-8036-17-5. Pág.79.

HORNBURG, Nice. Silva, Rubia da. Teorias sobre o currículo: uma análise para compreensão e mudança. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG - Vol. 3 n. 10 - jan.--jun./2007. ISSN 1807-2836.

LAGO, SAMUEL RAMOS; ENS, WALDEMAR. O homem: (Corpo humano, saúde e ecologia)

8º série. ed. IBEP – São Paulo, s/d.

LORENZ, Karl Michael. Ciência, Educação e Livros Didáticos do Século XIX. Os compêndios das ciências naturais do Colégio de Pedro II. Uberlândia: EDUFU, 2010. MARCÍLIO, Maria L. História da escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Brau-

del, 2005. – ISBN 85- 7060-331-2.
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. VEIGA, Cynthia G. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.
ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino Secundário No Império Brasileiro: Considerações Sobre a Função Social e o Currículo Do Colégio D. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29 – 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584.